

**HABEAS CORPUS Nº 569.906 - BA (2020/0077671-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : EDUARDO ROMA DA SILVA  
**ADVOGADO** : EDUARDO ROMA DA SILVA - BA026235  
**IMPETRADO** : JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A  
DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA  
DE SALVADOR - BA  
**PACIENTE** : WANDERLEY SALES DE CAMARGO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de WANDERLEY SALES DE CAMARGO.

Na petição inicial, o impetrante requer a concessão da ordem a fim de que cesse o constrangimento ilegal que afirma sofrer.

É o relatório. Decido.

Percebe-se, preliminarmente, das razões iniciais, a incompetência do Superior Tribunal de Justiça para análise do presente *mandamus*, uma vez que deveria ter sido impetrado dirigido à autoridade hierarquicamente superior àquela de onde provém o alegado constrangimento ilegal.

Assim, o pedido não se enquadra em hipótese de competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

Nesse sentido, confira-se este precedente:

*HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ARTS. 240 E 241-A DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO E RISCO DE NOVA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE. FALTA DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VEDAÇÃO AO HABEAS CORPUS PER SALTUM. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. A única manifestação levada a efeito pelo Tribunal local diz respeito à prejudicialidade da impetração, pela concessão de liberdade provisória ao paciente.

2. Fica impossibilitada a manifestação deste Sodalício, sobrepujando a competência da Corte Estadual, sob pena de configuração do chamado *habeas corpus per saltum*, a ensejar verdadeira supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

3. Ante a falta de manifestação do Colegiado Estadual, percebe-se a

# *Superior Tribunal de Justiça*

incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento deste writ, já que inexistente ato a ser imputado à autoridade coatora, nos termos do art. 105, I, alínea "c", da Constituição Federal, bem como do art. 13, I, alínea "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

4. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 360.513/TO, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 1º/9/2016.)

Ante o exposto, **com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ para processar o presente writ, determinando a remessa dos autos ao tribunal de origem para que adote as providências pertinentes.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente